



Concurso Público

Nível Superior

Cargo 8: Contador

Caderno de
Provas Objetivas

Aplicação: 21/3/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde 1,00 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – SEAD/SESPA, de 7/1/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 22/3/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 23 e 24/3/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 19/4/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Pará e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a avaliação de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 1/2004 – SEAD/SESPA, de 7/1/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelos telefones 0(XX) 91 4004 2525 e 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

PARTE I – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Lição de sabedoria

Um cientista muito preocupado com os problemas do mundo passava dias em seu laboratório, tentando encontrar meios de minorá-los.

Certo dia, seu filho de 7 anos de idade invadiu o seu santuário decidido a ajudá-lo.

O cientista, nervoso pela interrupção, tentou fazer o filho brincar em outro lugar. Vendo que seria impossível, procurou algo que pudesse distrair a criança. De repente, deparou-se com o mapa do mundo. Estava ali o que procurava. Recortou o mapa em vários pedaços e, junto com um rolo de fita adesiva, entregou ao filho dizendo:

— Você gosta de quebra-cabeça? Então vou lhe dar o mundo para consertar. Aqui está ele todo quebrado. Veja se consegue consertá-lo bem direitinho. Mas faça tudo sozinho.

Pelos seus cálculos, a criança levaria dias para recompor o mapa. Passadas algumas horas, ouviu o filho chamando-o calmamente. A princípio, o pai não deu crédito às palavras do filho. Seria impossível na sua idade conseguir recompor um mapa que jamais havia visto.

Relutante, o cientista levantou os olhos de suas anotações, certo de que veria um trabalho digno de uma criança. Para sua surpresa, o mapa estava completo. Todos os pedaços haviam sido colocados nos devidos lugares. Como seria possível? Como o menino havia sido capaz?

— Você não sabia como era o mundo, meu filho, como conseguiu?

— Pai, eu não sabia como era o mundo, mas, quando você tirou o papel da revista para recortar, eu vi que do outro lado havia a figura de um homem. Quando você me deu o mundo para consertar, eu tentei, mas não consegui. Foi aí que me lembrei do homem, virei os recortes e comecei a consertar o homem que eu sabia como era. Quando consegui consertar o homem, virei a folha e vi que havia consertado o mundo!

Autor anônimo. Mensagem que circulou por e-mail em fev./2004 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, quanto às idéias, à tipologia textual e à grafia do texto **Lição de sabedoria**.

- 1 O título justifica-se porque, em função dos fatos narrados, depreende-se que o mundo só estará concertado quando houver harmonia entre os homens.
- 2 O texto, predominantemente descritivo, conta o espanto de um homem diante da esperteza de seu filho.
- 3 Os vocábulos “laboratório”, “santuário” e “vários” estão escritos com acento agudo porque são palavras paroxítonas terminadas em ditongo.
- 4 O pai, científico, tomando consciência da impossibilidade de o filho removê-lo de seu intento de pesquisador, buscou alguma tarefa que pudesse fazer a criança partilhar de suas atividades narrativas.
- 5 O cientista, relutante ao erguer os olhos de suas anotações, certamente julgando que encontraria um trabalho infantil, admirado constatou que o mapa-múndi estava completo e que os pedaços tinham sido postos em seus devidos lugares.

Julgue o emprego do sinal indicativo de crase nos itens que se seguem.

- 6 A busca de soluções capazes de propiciar à humanidade a solução de seus problemas é o intuito maior de qualquer indivíduo que se dedique à pesquisa científica.
- 7 Aspirava à participar das atividades científicas do pai àquela criança esperta.
- 8 Ao constatar que, analisando à contraface da folha, existiam as partes da figura humana à mostra, a criança conseguiu desvendar à incógnita do desconcerto do mundo.

Substantivo versus adjetivo

1 Além das denúncias de tráfico de influência,
lavagem de dólares, prevaricação, sonegação de impostos,
nepotismo, fisiologismo e clientelismo político, outro tema
4 que se encontra no centro das discussões éticas e políticas no
país é o papel da imprensa.

Acusam, do lado de lá, a imprensa, entre outras
7 coisas, de sensacionalista, injusta, partidária, tendenciosa,
integrante do ficcional sindicato do golpe ou daqueles
segmentos interessados em destruir as instituições, como a
10 presidência da República.

Para melhor avaliar o que ocorre hoje nessa relação
entre imprensa e governo, os jornalistas, cientistas políticos,
13 sociólogos e historiadores de amanhã terão mais isenção e
muito o que pesquisar. Hoje, estamos todos envolvidos como
profissionais, como cidadãos.

O senso profissional do jornalista mistura-se com
sentimentos difusos de patriotismo, ódio, raiva, impotência,
esperança, descrença. O momento apresenta um quadro rico
19 em detalhes carregados de tensão. O conflito manifesta uma
semântica, mediante a qual se tenta conquistar a opinião
pública.

Os acusados, alvos de denúncias substantivas,
partem para o contra-ataque, na tentativa de atingir seus
acusadores com frases adjetivas. De preferência,
25 desabonadoras. A tática não é nova. Quando Nero procurou
alguém para responsabilizar pelo incêndio de Roma, não
titubeou. Escolheu os cristãos, vistos pelo imperador e sua
28 corte como inimigos políticos. Para preservar a instituição
romana e a si próprio, Nero transferiu sua loucura para o
suposto ato dos cristãos.

Sempre se pode colher na história entre dominados
e dominadores, governantes e súditos, situação e oposição,
instituição pública governamental e imprensa, entre outras
34 divisões maniqueístas, condutas assemelhadas. Na defensiva,
quem tem o poder procura, diante de acusações substantivas,
desqualificar os inimigos com adjetivos.

Na revelação da divergência, do conflito e da ira
pela palavra, procura-se esconder o que mais se manifesta na
realidade do discurso: a verdade. Aí, a imprensa apresenta-se
40 como veículo mais eficaz para distribuir as informações e as
interpretações factuais. Sem os jornais independentes, há o
discurso político surdo. Uma contradição que nega a essência
43 e a natureza política, ou seja, o caráter público.

Com erros, até grandes, é a imprensa o canal mais
eficiente para revelar as verdades que se escondem em tantos
46 discursos, cenas de TV, papéis burocráticos, atos
simbolicamente autoritários e totalitários. A imprensa, ao
contrário do discurso político, em que predomina a locução
49 adjetiva, tem por fundamento a revelação substantiva do
cotidiano.

Marcel Cheida. *In: Folha de S. Paulo*, 26/7/1992 (com adaptações).

A partir das idéias e da tipologia do texto I, julgue os itens seguintes.

- 9 O primeiro parágrafo delimita, em um enfoque ético, o assunto tratado no texto: a discussão do papel social da imprensa.
- 10 Os parágrafos segundo, terceiro e quarto apresentam os seguintes desdobramentos do problema, respectivamente: a interpretação dos que detêm o poder, “do lado de lá” (l.6); a visão dos intelectuais, entre eles o autor, e a compreensão dos fatos pelo lado dos profissionais de imprensa.
- 11 O posicionamento do autor é reforçado no quinto parágrafo, pela retomada da dicotomia apresentada no título, exemplificada com dados colhidos da História.
- 12 O último período do texto expõe, recuperando as expressões “locução adjetiva” e “revelação substantiva”, conclusões acerca do assunto anteriormente delimitado.
- 13 Pelo encadeamento das idéias na construção textual, constata-se que a matéria é apresentada sob a forma de uma argumentação.

Com referência à grafia e à acentuação das palavras do texto I, julgue os itens a seguir.

- 14 Agrupando-se algumas palavras das linhas 1 e 2 em função das regras pelas quais elas são acentuadas, formam-se dois grupos: a) “denúncias” e “influência”; b) “tráfico” e “dólares”.
- 15 A vogal “i”, nas palavras “país” (l.5) e “maniqueístas” (l.34), é acentuada porque está na sílaba tônica, formando um hiato com a vogal anterior.
- 16 O vocábulo “senso” (l.16) admite, sem que ocorra mudança de sentido, a grafia com a inicial “c”, como na expressão **censo populacional**.
- 17 A escrita de “contra-ataque” (l.23) poderia ser feita sem hífen, por analogia com “contradição” (l.42), sem que se incorresse em erro de grafia.
- 18 O vocábulo “cotidiano” (l.50) aceita também a grafia **quotidiano**, devido à etimologia da palavra.

Julgue os itens seguintes, referentes ao emprego das classes de palavras e à sintaxe da oração e do período no texto I.

- 19 Na linha 7, os adjetivos “sensacionalista”, “injusta”, “partidária” e “tendenciosa” referem-se à imprensa televisiva exclusivamente, a quem é atribuído também o epíteto de “sindicato do golpe” (l.8).
- 20 O período “O senso profissional do jornalista mistura-se com sentimentos difusos de patriotismo, ódio, raiva, impotência, esperança, descrença.” (l.16-18) classifica-se como composto por coordenação.
- 21 Ligam-se sintaticamente a “sentimentos difusos” (l.17) os seguintes substantivos abstratos: “patriotismo”, “ódio”, “raiva”, “impotência”, “esperança” e “descrença”.
- 22 O conector “Quando” (l.25) e o advérbio “Sempre” (l.31) atribuem circunstância de tempo ao contexto em que estão empregados.
- 23 No período “Para preservar a instituição romana e a si próprio, Nero transferiu sua loucura para o suposto ato dos cristãos.” (l.28-30), as palavras sublinhadas expressam circunstâncias adverbiais de finalidade.

Julgue a concordância, a regência e a pontuação, além da manutenção do sentido dos parágrafos sexto e sétimo do texto I, nas reescrituras apresentadas nos itens a seguir.

- 24 Sempre pode-se retirar da história aspectos semelhantes em divisões maniqueístas, como nas condutas entre si de dominados e dominadores, governantes e súditos, situação e oposição, instituição pública governamental e imprensa.
- 25 Quem tem a defensiva do poder, procura diante de acusações da substância, desqualificar os inimigos com adjetivos periféricos.
- 26 Revela-se à divergência da ira à palavra, por intermédio do conflito, e procura-se, pela verdade, ocultar o que mais se manifesta no discurso: a realidade.
- 27 A imprensa é apresentada, no e ao poder, como o veículo mais eficiente à distribuição das comunicações e às interpretações dos fatos.
- 28 Existe o discurso político surdo, além da contradição negadora da essência natural e política da coisa pública, sempre que os jornais apregoam os fatos, com independências.

Com base nos princípios de redação e correspondência oficiais, julgue os itens a seguir, relativos ao texto I.

- 29 O quinto parágrafo, da forma como se encontra no texto, grafada entre aspas e indicando a autoria, porém sem a indicação de parágrafo, comporta a transcrição para o corpo de uma **ata**.
- 30 O texto, citando a fonte de onde foi retirado, fará parte de um **relatório técnico**, desde que transcrito em folha **padrão ofício**.

No Brasil, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Único de Saúde (SUS). Acerca desse sistema, julgue os itens que se seguem.

- 31 Os serviços de saúde privados podem participar do SUS em caráter complementar.
- 32 Compete ao SUS ordenar a formação de recursos na área de saúde.
- 33 Compete ao SUS coordenar a formulação da política de saneamento básico e a execução das ações nela previstas.
- 34 Cabem à direção estadual do SUS o estabelecimento de normas e a execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras.
- 35 A Programação Pactuada Integrada (PPI) é um instrumento de gestão do SUS, elaborado pelo Ministério da Saúde e aprovado pelos conselhos municipais e estaduais de saúde.

Com referência à gestão financeira do SUS, julgue os itens a seguir.

- 36 Para receberem os recursos destinados à cobertura das ações e dos serviços de saúde, municípios, estados e Distrito Federal não precisam contar necessariamente com conselhos de saúde.
- 37 Os municípios habilitados em gestão plena da atenção básica ampliada estão também habilitados em gestão plena do sistema municipal.

38 O reembolso das despesas com atendimentos prestados por unidades públicas beneficiárias de planos privados de saúde constitui fonte adicional de recursos do SUS.

- 39 Os recursos de custeio da esfera federal destinados às ações e aos serviços de saúde configuram o teto de financiamento global, sendo o valor para cada estado e município definido com base na PPI e correspondente à soma dos tetos financeiros de assistência, vigilância sanitária, epidemiologia e controle de doenças.
- 40 Os valores financeiros transferidos a estados e municípios, referentes a pisos, tetos, frações e índices, bem como as suas revisões, devem ser negociados nas comissões intergestoras bi e tripartite e aprovados pelos respectivos conselhos de saúde.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar o direito à saúde. Com respeito a essa rede de proteção social, julgue os itens que se seguem.

- 41 Um dos objetivos da seguridade social é a garantia de universalidade do atendimento de saúde.
- 42 Na legislação brasileira, as ações e os serviços de saúde não são considerados de relevância pública.
- 43 Segundo a Constituição Federal, as políticas econômicas devem garantir redução de riscos de agravos à saúde.

Considerando os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família (PACS/PSF), julgue os itens subsequentes.

- 44 Os agentes comunitários de saúde devem ser técnicos de enfermagem treinados para desenvolver ações básicas de saúde.
- 45 As equipes de saúde da família têm de ser obrigatoriamente chefiadas por um profissional médico.
- 46 O PACS/PSF é uma estratégia de reformulação do modelo assistencial em saúde no Brasil.
- 47 Cinco ações básicas de atenção à saúde da criança apresentam comprovada eficácia: promoção do aleitamento materno, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, imunização, prevenção e controle de doenças diarreicas e de infecções respiratórias.
- 48 As unidades do PACS/PSF atendem, preferencialmente, a uma demanda populacional espontânea sem delimitação territorial.

A atenção humanizada à mulher, por ocasião do aborto, parto e puerpério, compreende um conjunto de conhecimentos, práticas e atitudes que visa à promoção do parto e nascimento saudáveis e à prevenção de morbi-mortalidade materna e perinatal. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 49 A hospitalização no momento do trabalho de parto tem sido, em grande parte, responsável pela queda da mortalidade materna e neonatal no Brasil.
- 50 O percentual de partos cesarianos no Brasil vem crescendo de forma alarmante, chegando a ser, em média, na rede do SUS, maior que o de partos normais.

PARTE II — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na legislação societária, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nos ensinamentos dos autores de contabilidade, no que tange a conceito, objeto, fins, campo de aplicação e usuários da contabilidade, julgue os seguintes itens.

- 51** A contabilidade é uma ciência social que possui objeto próprio — o patrimônio das entidades — e, como tal, consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de particularidade, certeza e busca das causas, em nível qualitativo peculiar e bastante diferente das demais ciências sociais.
- 52** Segundo o CFC, as várias classificações da contabilidade — método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte etc. — referem-se a simples facetas ou aspectos dessa ciência, concernentes à sua aplicação prática na solução de questões concretas.
- 53** De acordo com o CFC, o princípio contábil da consistência determina que deve haver consistência nos procedimentos que a entidade utiliza em diferentes períodos e, tanto quanto possível, também entre as entidades distintas que pertençam a um mesmo mercado, de forma que o usuário possa extrair tendências quanto à vida de uma entidade e sua posição em face das demais entidades ou mesmo do mercado como um todo.
- 54** Os usuários da contabilidade tanto podem ser internos como externos, cada grupo com interesses diversificados. Enquanto os primeiros demandam informações mais aprofundadas e específicas acerca da entidade, notadamente aquelas relativas a seu ciclo operacional, os últimos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos expressos nas demonstrações contábeis.

Com fundamento no que dispõem as legislações societária e fiscal e a doutrina contábil acerca dos métodos de avaliação de estoques e de demais componentes patrimoniais, julgue os itens que se seguem.

- 55** A legislação fiscal brasileira não aceita o uso do critério LIFO (*last in first out*) para avaliação dos estoques, tendo em vista que o mesmo subavalia o custo da mercadoria vendida (CMV), ou seja, diminui o valor do CMV, o que proporciona um lucro menor e, por consequência, menos imposto a pagar.
- 56** No Brasil, admite-se a utilização dos critérios PEPS (primeiro que entra primeiro que sai) e preço médio (ou média ponderada móvel) para avaliação de estoques, ficando a opção por um outro método a critério da empresa.
- 57** A avaliação dos estoques, de acordo com a legislação vigente, será pelo custo de aquisição ou de produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- 58** No balanço, os saldos de depósitos bancários em outros países devem ser convertidos em moeda nacional, sendo suficiente e admitida para esse procedimento tão-somente a adoção da taxa cambial de compra corrente da data do balanço.

- 59** Os títulos e demais valores mobiliários temporários que não sejam classificados como investimentos devem ser avaliados somente pelo custo de aquisição, atualizado pelos juros transcorridos e pela variação monetária. Pelo fato de os rendimentos desses papéis serem líquidos e certos e por estarem representados por juros e correção, não há diferença entre o seu custo de aquisição e o valor de mercado, isto é, o valor bruto pelo qual podem ser resgatados no mercado.
- 60** As contas a receber devem ser avaliadas a valores de saída, por seu valor líquido de realização, ou seja, pelo produto final em dinheiro ou equivalente que se espera obter. Caso haja ganhos decorrentes de variações monetárias ou juros transcorridos, tais valores devem ser reconhecidos, debitando-se contas a receber e creditando-se a conta de resultado financeiro correspondente.

Considerando a literatura de contabilidade com relação aos fatos contábeis, julgue os seguintes itens.

- 61** Existem cinco tipos de fatos permutativos; entretanto, existem apenas quatro tipos de fatos modificativos, sendo dois aumentativos e dois diminutivos.
- 62** Qualquer movimentação nos elementos constitutivos do objeto da contabilidade, o patrimônio, constitui um fato contábil e deve ser por ela contemplado e registrado.
- 63** Os fatos contábeis são classificados em função do patrimônio líquido, o mais importante dos três grupos patrimoniais. Podem ser classificados unicamente em duas categorias: são permutativos, quando tratam apenas de alterações qualitativas ou permutas de elementos patrimoniais, sem provocar alteração quantitativa no patrimônio; e são modificativos, quando alteram, para mais ou para menos, o patrimônio líquido final.

Com fundamento nas normas emanadas do CFC no que concerne aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 64** O princípio da prudência é aplicável em todas as situações concretas que demandam o reconhecimento ou o registro de determinado elemento patrimonial. Em se tratando de ativos, deve-se optar sempre pelo menor valor, e no reconhecimento de exigibilidades, a opção deve ser sempre pelo maior valor.
- 65** O princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes do princípio da oportunidade.
- 66** Os valores intrínsecos dos elementos patrimoniais, passíveis de registro e avaliação com base nos valores de entrada ou de saída, podem, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, ser alterados, em qualquer tempo e a qualquer título, desde que o procedimento seja devidamente fundamentado e documentado.

Com base nas disposições doutrinárias e legais sobre inventário e escrituração, julgue os itens que se seguem.

- 67** No sistema de inventário periódico, existem três critérios para mensuração do valor dos itens em estoque: o primeiro que entra primeiro que sai (PEPS), o último que entra primeiro que sai (UEPS) e a média ponderada móvel (MPM).
- 68** O lançamento é o registro de um fato contábil, ou seja, um fato relacionado com o patrimônio. O conjunto de todos os lançamentos denomina-se escrituração, que deve ser executada de acordo com a técnica contábil e com a legislação vigente.

Considerando a Lei das Sociedades Anônimas, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as demais legislações aplicáveis, bem como os ensinamentos dos autores de contabilidade, com relação aos conceitos, finalidade, importância, época e forma de elaboração, estruturação e consolidação de demonstrações contábeis, julgue os itens subseqüentes.

- 69** Para efeito de elaboração da DOAR, só podem ser considerados como ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.
- 70** À luz da teoria e dos princípios de contabilidade, os juros embutidos nas operações de compra e venda são tratados adequadamente pela legislação brasileira na demonstração do resultado do exercício, uma vez que, na venda a prazo, originados pela defasagem no recebimento, incorporam-se corretamente ao aumento das vendas; e na compra, são devidamente incorporados ao custo do estoque, do imobilizado ou de qualquer outro item adquirido.
- 71** De acordo com a legislação brasileira, a elaboração e a publicação de demonstrações contábeis consolidadas substituem e dispensam a divulgação das demonstrações contábeis individuais das empresas consolidadas.
- 72** Segundo a CVM, as reservas de reavaliação deverão ser apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) em duas colunas, contemplando separadamente as contrapartidas de reavaliação de ativos próprios e as de ativos de coligadas e controladas.
- 73** A elaboração e a publicação da DMPL, juntamente com as demais demonstrações societárias exigidas pela lei, são obrigatórias para as companhias abertas. A DMPL deverá conter, em uma de suas colunas, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, sendo, assim, dispensada a elaboração e publicação dessa demonstração separadamente.

Com fulcro nos ensinamentos de contabilidade sobre análise das demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 74** A análise por quocientes, sinônimo de análise por números-índices, utiliza a técnica da relação entre contas do mesmo grupo ou grupos de contas distintos das demonstrações financeiras, a fim de ilustrar determinado aspecto da situação econômica ou financeira da instituição analisada.
- 75** As demonstrações financeiras obrigatórias e publicadas são os únicos insumos utilizados no processo de análise econômico-financeira, uma vez que contêm todos os dados necessários e suficientes para que o analista faça um diagnóstico preciso e conclusivo da posição financeira, econômica e patrimonial da empresa.

76 A análise das demonstrações contábeis visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, com o intuito de diagnosticar sua posição atual e de produzir resultados que sirvam de base para a previsão de tendências futuras.

77 Para efeito de análise vertical, mesmo em contexto de alta inflação, é indiferente se o analista trabalha em bases nominais ou reais. A inflação, nesse caso, não afeta a análise, sendo dispensável qualquer processo de indexação. As conclusões serão idênticas em ambas as situações.

Com base no texto constitucional, na legislação infra-constitucional aplicável e na doutrina, relativamente ao setor público, julgue os itens seguintes.

- 78** De acordo com a formulação teórica de Peacock e Wiseman, o crescimento dos gastos totais do governo em determinado país ocorre muito mais em função das possibilidades de obtenção de recursos do que da expansão dos fatores que explicam o crescimento da demanda de serviços produzidos pelo governo.
- 79** A Constituição Federal determina que os controles externo e interno da União e de seus órgãos da administração direta e indireta sejam efetuados estritamente quanto aos aspectos de legalidade, moralidade, eficiência, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- 80** De acordo com a Lei Maior, compete ao Tribunal de Contas da União exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.
- 81** Segundo os economistas clássicos, o poder público não deveria exercer influência sobre o processo de alocação de recursos, sendo essa tarefa prerrogativa exclusiva do mercado mediante a utilização de seus mecanismos. Nessa ótica, as funções do governo limitam-se às de natureza administrativa.
- 82** Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial (da administração direta, autarquias e fundações públicas), enquanto estiverem com a destinação pública (afetação), são inalienáveis e impenhoráveis. Os bens dominicais, entretanto, apesar de impenhoráveis, podem ser alienados, dependendo para isso da competente autorização legislativa.
- 83** Denominam-se bens públicos semipúblicos ou meritórios aqueles que possuem características de bens privados e que são oferecidos por meio de mecanismos próprios do sistema de mercado, porém em quantidade insuficiente para atender à demanda. Como a natureza privada desses bens tem menor importância que sua utilidade social, em função das externalidades desejáveis que provocam na economia (mérito social), o governo aloca recursos públicos em sua provisão, visando garantir a complementação necessária à satisfação das necessidades da sociedade.

Com base na Lei nº 4.320/1964 e na legislação correlata, bem como nos ensinamentos dos autores de contabilidade pública e de administração pública, julgue os itens a seguir.

84 A dívida pública classifica-se em dois grupos, a fluante e a fundada (ou consolidada). A diferença consiste em sua capacidade de afetar ou não o orçamento público. A dívida fluante corresponde ao total dos compromissos unicamente financeiros que independem de autorização orçamentária. A dívida consolidada refere-se às exigibilidades que dependem de autorização legislativa (orçamento) para amortização ou resgate.

- 85** A dívida consolidada refere-se unicamente às obrigações de prazo superior a 12 meses, contraídas mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos.
- 86** De acordo com a legislação aplicável à contabilidade pública, os bens de almoxarifado (estoques) devem ser avaliados pelo custo ou mercado, dos dois o menor.
- 87** A gestão das entidades públicas na administração pública moderna tem incorporado a perspectiva do neoliberalismo, pela qual a democracia e o desenvolvimento econômico, em regimes socialistas ou não, têm sido viáveis na medida em que o Estado se abstém de monopolizar todos os meios de produção, aceitando princípios essenciais de mercado, tais como a concorrência, a livre iniciativa, o lucro e a propriedade privada.
- 88** Na administração pública, o exercício financeiro coincide com o ciclo orçamentário, tendo em vista a peculiaridade do setor público, no qual, por força de lei, a grande maioria dos recursos passa pelo orçamento, cuja execução é contabilizada e controlada.

Com relação à receita e à despesa públicas, considerando as disposições legais vigentes e a doutrina, julgue os seguintes itens.

- 89** No decorrer do exercício, a despesa só pode ser contabilizada em sua segunda fase de execução, a liquidação, quando já foi efetivamente incorrida. Ao final do exercício, porém, a despesa será registrada em sua primeira fase, quando serão inscritos em rubrica própria todos os empenhos que ainda não foram pagos.
- 90** Receita pública, em sentido amplo, é todo e qualquer ingresso de recursos no patrimônio público. Refere-se, mais especificamente, a qualquer entrada de recursos financeiros que se reflete no aumento das disponibilidades.
- 91** As receitas e despesas públicas são classificadas, segundo categorias econômicas, em dois grupos, corrente e de capital. Consideram-se receitas correntes, entre outras, a tributária, a patrimonial, a de serviços e a proveniente do superávit do orçamento corrente — diferença entre receitas e despesas correntes. Consideram-se receitas de capital as provenientes da realização de operações de crédito, da conversão de bens e direitos em espécie, de amortização em empréstimos anteriormente concedidos etc.
- 92** A aplicação de recursos na participação no capital de entidades ou empresas comerciais ou financeiras, bem como a aquisição de imóvel já construído, são exemplos de gastos classificados no grupo de despesas denominado investimentos.
- 93** Existem quatro tipos de despesas que caracterizam cooperação financeira da União com entidades ou empresas, públicas ou privadas: subvenção social, subvenção econômica, auxílio e contribuição. Delas, somente a subvenção econômica, que exige legislação especial, pode ser destinada a entidade com fins lucrativos. Todas as demais modalidades aplicam-se a entidades sem fins lucrativos e independem de legislação especial, com exceção, nesse último ponto, das contribuições, que só podem ser concedidas mediante expressa autorização em lei especial.
- 94** A execução, tanto da receita quanto da despesa orçamentárias, é realizada por etapas. Constituem estágios da receita a previsão, a arrecadação e o recolhimento. A despesa, por seu turno, passa pelas fases do empenho, da liquidação e do pagamento.

Com base nas disposições legais em vigor, bem como nos ensinamentos de contabilidade pública, acerca do regime de adiantamento de numerário, do inventário e da escrituração de operações típicas da contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

- 95** A impugnação de despesas realizadas por meio de suprimento de fundos caracteriza a única situação em que a autoridade que concedeu o adiantamento deve promover a apuração de responsabilidades e impor as penalidades cabíveis, que, desde que cumpridas integralmente, darão plena quitação das contas e eximirão o agente suprido de qualquer responsabilidade pelos atos praticados.
- 96** Denomina-se suprimento de fundos à modalidade de realização de despesa por meio de adiantamento concedido a servidor, para prestação de contas posterior e somente nos casos e condições expressamente previstos na legislação, quando não for possível realizar tal despesa pela via e procedimentos normais (licitação, contratação direta etc.).
- 97** O inventário, que consiste em levantamento ou contagem física dos bens móveis e imóveis, caracteriza um instrumento de controle cujos objetivos, entre outros, são: proceder o ajuste dos dados escriturais dos saldos dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem; verificar a existência e situação dos imóveis, materiais estocados, equipamentos e materiais permanentes em uso e de suas necessidades de manutenção e reparos; realizar a atualização dos registros e controles administrativo e contábil.
- 98** A descentralização externa do crédito orçamentário, denominada provisão, aplica-se às transferências entre ministérios (ou órgãos) diferentes ou dos chamados suborçamentos. É registrada no SIAFI por meio da nota de movimentação de crédito, utilizando-se os eventos correspondentes.
- 99** As normas de execução financeira vedam, em qualquer situação, a possibilidade de a unidade gestora contemplada na partilha do limite de saque da unidade orçamentária, recebido mediante descentralização realizada pelo órgão setorial de programação financeira com base no cronograma de desembolso setorial, transferir para outra unidade gestora os recursos financeiros correspondentes.
- 100** A cobrança ou o recebimento da dívida ativa caracteriza uma receita corrente não efetiva, ocorrida por mutação patrimonial, que não afeta o resultado, porém provoca registros simultâneos em contas financeiras, orçamentárias e patrimoniais.

Relativamente à apuração do resultados e às demonstrações contábeis obrigatórias no âmbito da administração pública, conforme o que determina a legislação aplicável e a doutrina, julgue os itens subseqüentes.

- 101** O resultado financeiro apurado no balanço financeiro (diferença entre ingressos e dispêndios) não se confunde com o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial (diferença positiva entre ativo e passivo financeiros). Entre os dois conceitos, apenas este último caracteriza fonte de recursos que pode ser utilizada para abertura de crédito adicional.

- 102** No balanço orçamentário, a receita e a despesa são classificadas em corrente e de capital dentro de cada tipo de crédito orçamentário, formando três grandes grupos: créditos iniciais e suplementares; créditos especiais e créditos extraordinários. Tanto o lado da receita quanto o lado da despesa contêm três colunas que apresentam os valores orçados e executados e a diferença entre os dois. O resultado orçamentário é obtido por meio da confrontação das execuções da receita e da despesa, podendo ser obtido superávit, déficit ou equilíbrio.
- 103** Na contabilidade pública, os dois lados do balanço patrimonial, ativo e passivo, são apresentados em grandes grupos de contas e apresentam a mesma estrutura obrigatória para as demais entidades. Assim, o ativo é dividido em circulante, realizável a longo prazo e permanente, e o passivo, em circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros e patrimônio líquido.
- 104** A principal conta demonstrada no balanço financeiro, disponibilidades, é sempre debitada pelos ingressos financeiros e creditada pelos dispêndios. A contrapartida desses lançamentos ocorrerá unicamente em contas de resultado (receitas e despesas) ou em contas do ativo financeiro (realização ou aquisição de direitos).
- 105** O resultado orçamentário apurado na demonstração das variações patrimoniais é diferente do resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, posto que nesse último conceito não há influência das interferências ativas e passivas e das mutações ativas e passivas, que são de origem orçamentária, ocorridas no patrimônio durante a execução do orçamento da despesa e da receita.

Considerando as disposições legais e doutrinárias sobre os procedimentos de prestação e julgamento de contas governamentais, julgue os itens seguintes.

- 106** As tomadas e as prestações de contas poderão ser de três tipos, anual, especial e extraordinária. A anual é levantada ao final do exercício. A especial, para apurar omissões ou irregularidades cometidas pelo agente responsável e a extraordinária, quando ocorrer qualquer alteração na estrutura do órgão ou entidade da administração pública (extinção, dissolução, fusão, transformação, incorporação etc.).
- 107** Constitui peça essencial dos processos de tomada e prestação de contas um rol de responsáveis, em que são relacionados todos os agentes responsáveis, titulares e substitutos, pelo objeto e atos do processo, devendo constar, relativamente a cada um deles, o nome e o CPF; o cargo ou função; o período e gestão; os atos de nomeação, designação e exoneração e o endereço residencial.

Com base na Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações e Contratos —, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis ao procedimento licitatório, julgue os itens a seguir.

- 108** A definição do tipo de licitação é essencial para que o julgamento das propostas seja objetivo. Assim, a lei só admite dois tipos de licitações relativas a obras, serviços ou compras: menor preço e melhor técnica. O edital dirá qual dos dois critérios deverá ser o parâmetro para a escolha da proposta mais vantajosa para a administração.
- 109** É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- 110** Torna-se obrigatório o convite, quando realizado para objeto idêntico ou assemelhado, a, no mínimo, mais um interessado enquanto existirem na praça mais de três possíveis interessados cadastrados, que não tenham sido convidados nas últimas licitações.

No que concerne às normas, técnicas e procedimentos de auditoria, interna e externa, adotados no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 111** Por normas de auditoria são entendidas as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulamentar o exercício da função do auditor independente, estabelecendo orientação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções.
- 112** As normas de auditoria constituem um manual técnico e analítico de procedimentos a serem seguidos, obrigatoriamente, pelo auditor, sob pena de lhe ser proibido o exercício profissional, caso não as observe.
- 113** Entre os princípios éticos profissionais que fundamentam a profissão de auditor, elenca-se a independência como condição primordial do trabalho. Assim, todo auditor deve ser absolutamente independente e imparcial na interpretação de tudo que lhe for apresentado, atestando a cada dado um pronunciamento conclusivo. Para tanto, é vedado qualquer vínculo ou relação de trabalho entre o auditor e a entidade auditada nos últimos dois anos anteriores aos trabalhos de auditoria.
- 114** O auditor pode ser responsabilizado pela não-descoberta de fraude significativa em consequência da negligência na execução das normas de auditoria, ou em consequência de não tê-las aplicado convenientemente.
- 115** Os exames de auditoria incluem procedimentos de comprovação dos dados em estudo caracterizados por uma atitude de reflexão competente e independente. Como dependem exclusivamente do julgamento profissional e técnico do auditor, não são regulamentados nem se subordinam às normas de auditoria.
- 116** Quando o valor de contas a receber é expressivo e relevante em relação à posição patrimonial e financeira e ao resultado das operações, e caso seja viável e razoável tal procedimento, o auditor deve procurar obter confirmação desses valores por meio de comunicação direta com os devedores.
- 117** Quanto aos tipos de auditoria, não há diferenças entre os auditores externo e interno. É comum e normal, por exemplo, ambos executarem auditorias contábeis e operacionais.
- 118** Os principais objetivos da auditoria interna consistem na verificação do cumprimento das normas internas e na avaliação da necessidade de novas normas ou de modificações das que já existem para adaptá-las a novas circunstâncias.
- 119** Na aplicação dos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar o procedimento denominado observação, que consiste no exame de registros, documentos e ativos tangíveis, bem como no acompanhamento do inventário físico realizado pela entidade.
- 120** O relatório contém a opinião final do auditor, que deve estar baseada em fatos concretos, devidamente comprováveis por meio dos papéis de trabalho, em juicioso julgamento desses fatos, com total imparcialidade e independência.